
Research Article

A trilogia zambeziana de Gavicho de Lacerda: O alvorecer da literatura colonial portuguesa

Helder Thiago Maia*
Universidade de Lisboa

Received July, 2023; accepted May, 2024;
published online June 2024

Abstract: The Zambebian trilogy, by Gavicho de Lacerda, published in the 1920s, is part of the dawn of Portuguese colonial literature with a Mozambican theme. However, the works didn't achieve public acclaim through the Concursos de Literatura Colonial, nor are they part of the corpus of recent publication on colonial literature with a Mozambican theme (Noa, 2002; Sousa, 2013), except for the thesis by Neves (2016). In this article, from the analysis of the books *Cartas da Zambézia* (1920), *Costumes e Lendas da Zambézia* (1925) and *Figuras e Episódios da Zambézia* (1929), we seek to understand how the author constructs miscegenation and the relations between colonizers and colonized, just as we seek to infer gender and sexuality perspectives on African populations, especially non-assimilated ones.

Keywords: Gavicho de Lacerda, Zambebian Trilogy, Colonialism

Resumo: A trilogia zambeziana, de Gavicho de Lacerda, publicada na década de 1920, faz parte do dealbar da literatura colonial portuguesa de temática moçambicana. No entanto, as obras não alcançaram a consagração pública através dos Concursos de Literatura Colonial, nem fazem parte do *corpus* das recentes publicações sobre literatura colonial de temática moçambicana (Noa, 2002; Sousa, 2013), com exceção da tese de Neves (2016). Neste artigo, a partir da análise das obras *Cartas da Zambézia* (1920), *Costumes e Lendas da Zambézia* (1925) e *Figuras e Episódios da Zambézia* (1929), buscamos entender como o autor constrói a mestiçagem e as relações entre colonizadores e colonizados, assim como buscamos inferir perspectivas de gênero e sexualidade sobre as populações africanas, especialmente as não-assimiladas.

Palavras-chave: Gavicho de Lacerda, Trilogia Zambeziana, Colonialismo

Kiuá Luvaiá Nganzila Kiuá
(Tradição oral bantu)

Corresponding author: Helder Thiago Maia, E-mail: heldermaia@edu.ulisboa.pt

Copyright: © 2024 Author. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), allowing third parties to copy and redistribute the material in any medium or format and to remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially, provided the original work is properly cited and states its license.

Desde a sua primeira publicação, em julho de 1925, o *Boletim Geral das Colônias* sempre ambicionou produzir e organizar uma “Biblioteca Colonial Portuguesa”, que incorporaria textos dos séculos anteriores, especialmente do XIX, como na seção “Lugares selectos da Biblioteca Colonial Portuguesa”, quanto novas publicações, em seus mais diversos gêneros e disciplinas, como na seção “Bibliografia”. O primeiro texto literário recenseado aparece assim no seu segundo número, em agosto de 1925, e refere-se à obra *Costumes e Lendas da Zambézia*, do autor português Francisco Gavicho de Lacerda¹.

O autor não identificado da recensão, mas presume-se que seja o próprio Armando Cortesão, primeiro Agente Geral das Colônias e criador do referido *Boletim*, parabeniza a recente publicação de Gavicho, e afirma que a obra não só desfaz a lenda da inospitalidade de África, mas também é “uma prova evidente, prática, efectiva do seu patriotismo e do seu amor ao nosso Império colonial” (BGC, 1925/2, p. 191). E acrescenta:

Pretendeu o autor, com a sua obra, levar ao conhecimento, especialmente, dos portugueses que queiram emigrar para aquela nossa colônia, tudo quanto contribua para a sua educação de colonos, para não irem para a África, como geralmente sucede, sem a menor noção da vida que vão iniciar. Belo intuito, que decerto há de contribuir em muito para o progresso material e moral não só da região, mas também de quem para ali vá exercer funções oficiais, ou emigre em busca da fortuna (BGC, 1925/2, p. 191).

O crítico ainda afirma que Gavicho já tem um lugar de destaque na biblioteca portuguesa de propaganda colonial (BGC, 1925/2, p. 191), o que efetivamente não ocorreu, uma vez que o autor nunca foi premiado e suas obras são desconhecidas tanto pela crítica literária quanto pelo grande público.

Em seu prefácio, “Carta ao Leitor”, Gavicho sugere que o governo deveria promover concursos literários sobre as colônias, premiando aqueles que com mais clareza e sabedoria levassem ao conhecimento dos portugueses não só as grandes epopeias ultramarinas, mas principalmente o estado de desenvolvimento das colônias (Lacerda, 1925, p. 11). E acrescenta, “O governo, que assim procedesse, prestaria um dos maiores serviços ao país. O nosso temperamento adapta-se a vida de colonizadores, mas falta-nos a instrução verdadeira e a base preparatória” (Lacerda, 1925, p. 11).

No número seguinte do *Boletim*, o terceiro, em texto novamente não assinado, mas certamente também de Cortesão, somos informados que o assunto mais debatido da publicação anterior foi a criação de um prêmio de literatura colonial (BGC, 1925/3, p. 144), o que levará Cortesão a elaborar os Concursos de Literatura Colonial, cujo edital será esboçado nesse mesmo número, mas só será regulamentado através da Portaria n. 4.565, publicada em janeiro de 1926, no número 7 do *Boletim*.

Ainda que não seja responsável pela criação dos Concursos de Literatura Colonial, a recepção da sua obra e as sugestões presentes no prefácio de Gavicho (1925), e o consequente debate produzido pelo seu conteúdo, certamente impulsionaram a sua institucionalização. No entanto, como veremos, a única obra do autor a concorrer neste certame literário, o livro de crônicas *Figuras e Episódios da Zambézia*, de 1929, foi excluída do Quarto Concurso de Literatura Colonial por não cumprir o edital do Concurso (BGC, 1930/55, p. 165).

1 O segundo texto literário a aparecer no *Boletim* foi o livro *Ana a Kalunga: os filhos do mar*, de Hipólito Raposo, um ano depois do livro de Gavicho, em agosto de 1926, no número 14. Sobre a obra, diz-se que é uma compilação de crônicas sobre Angola, e lamenta-se que não tenha sido enviada para o Primeiro Concurso de Literatura Colonial, já que certamente alcançaria um lugar honroso no certame (BGC, 1926/14, p. 257). O autor, não identificado, ainda acrescenta: “sendo o nosso meio literário naturalmente modesto no número, não pode haver o direito para quem sabe produzir obra como a que apreciamos de a subtrair a um concurso” (BGC, 1926/14, p. 257).

Francisco Gavicho Salter Souza do Prado de Lacerda nasceu em Aljubarrota, Portugal, em 23 de julho de 1873, e, segundo António Maria de Freitas (Lacerda, 1920, p. VII), mudou-se para Quelimane², em Moçambique, em 1893, quando tinha dezanove anos, motivado pelo *ultimatum inglês*³ de 1891. De acordo com o mesmo, Gavicho trocou a farda militar para vestir o traje de colono, deixando o conforto de casa e a situação social privilegiada que desfrutava, com vista à consolidação da posse portuguesa no Vale da Zambézia contra as ambições de outros países europeus coloniais (Lacerda, 1920, p. VIII)⁴, mas também, acrescentamos, contra a autodeterminação dos povos locais.

Na região, teria trabalhado inicialmente para António Maria Pinto, português de origem goesa, e após se casar com a sua filha, Amália de Menezes Soares Pinto, em 1894, teria passado a arrendar o Prazo Carungo, herdado pela mulher (Negrão, 2006, p. 48)⁵. De acordo com José Capela (1995) e José Negrão (2006), Gavicho era um homem branco e Amália era uma mulher mestiça, filha de um indo-português e de uma mulher negra, Dona Ernestina de Menezes Soares⁶. No entanto, nos três livros de memórias de Gavicho que analisaremos neste artigo há sucessivos apagamentos que dizem respeito tanto à forma como se tornou arrendatário do Prazo Carungo, mas principalmente ao caráter mestiço de sua família.

No momento em que Gavicho chegou a Quelimane, o trabalho escravo estava formalmente extinto, no entanto funcionava o regime do mussoco, em que os africanos eram forçados a trabalhar como forma de pagar o imposto por viverem dentro de um determinado prazo⁷. Ou seja, espoliada de suas terras, a população local ainda era obrigada a trabalhar para os colonizadores. Segundo Gavicho (1925, p. 151), em 1925, existiam aproximadamente quatro mil africanos sujeitos ao regime de trabalho forçado no Prazo Carungo. Como explica Eugénia Rodrigues (2007, p. 233-234), a economia local, que antes estava voltada ao tráfico de pessoas escravizadas e ao comércio de marfim, estava agora inclinada principalmente para a agricultura.

Gavicho viveu em Moçambique até a sua morte em 1947, sendo enterrado no Prazo Carungo. Nesse longo período não só cultivou a terra explorando as populações locais, mas também participou de expedições militares contra os Maganjas e os Barué, o que é relatado nos livros que aqui serão analisados. Durante a sua vida colaborou constantemente com o diário lisboeta

2 De acordo com Carmeliza Rosario (2017, p. 58), Quelimane, fundada pelos portugueses em 1817, era uma antiga povoação swahili, que servia como porto ao comércio de ouro, marfim e pessoas escravizadas desde 1544.

3 O Ultimato britânico de 1891 foi uma disputa entre dois estados coloniais europeus, a Inglaterra e Portugal, pelo território dos Makulolos, que ficava entre Angola e Moçambique, e atualmente é parte dos territórios do Zimbabué e da Zâmbia. Enquanto a Inglaterra desejava criar um caminho de ferro que ligasse o Cairo à Cidade do Cabo, Portugal desejava ocupar o território de uma costa à outra, ligando o oceano Atlântico ao Índico. O *ultimatum* exigia a retirada das forças militares portuguesas da região, o que foi ratificado pelo rei português D. Carlos I diante da impossibilidade de enfrentar militarmente a sua antiga aliada. O episódio foi entendido como uma humilhação nacional e provocou posteriormente o fim da monarquia portuguesa.

4 É óbvio que essa é uma explicação de perspectiva colonial que visa construir uma narrativa de sacrifício e heroísmo sobre Gavicho.

5 De acordo com Rodrigues (2006, p. 28), desde pelo menos 1799, a transmissão e a nova concessão dos prazos em Moçambique seguiam o modelo goês: a sucessão feminina. O objetivo era que as herdeiras dos prazos, normalmente de origem goesa e africana, se casassem com homens brancos recém-chegados às colônias. Podemos dizer, portanto, que se trata também de uma política de embranquecimento da população. Assim sendo, o prazo Carungo foi herdado por Dona Amélia, uma *dona* mestiça, que se casou com o recém-chegado Gavicho, um homem branco português. No entanto, após a separação de Amália e Gavicho, quem ficou como arrendatário foi Gavicho (Rosario, 2021, p. 224-226).

6 Para ver uma foto de Dona Ernestina de Menezes Soares, consultar Rosario (2021, p. 149). Para ver fotos de Gavicho de Lacerda e D. Amália, consultar Rosario (2021, p. 221) e Lacerda (1920, p. 17).

7 Gavicho advoga pelo aumento do imposto do mussoco porque “aumentando-se o imposto, obrigar-se hia, *ipso facto*, a trabalhar mais o indígena indolente e preguiçoso por sua natureza, e entrariam no cofre do distrito, mais centenas de milhares de escudos, de que êle tanto precisa para o seu desenvolvimento” (Lacerda, 1920, p. 204).

O Século, mas também com o *Boletim Geral das Colônias*⁸, onde se apresenta como agricultor e publicista, além dos jornais *Correio da Tarde*, *Universal* (Lacerda, 1925, p. 7-8), *Campeão das Províncias*, *Alenquerense*, entre outros (Lacerda, 1925, p. X).

Neste artigo, analisaremos três obras de Gavicho, que compõem aquilo que podemos chamar de “trilogia da Zambézia”, os livros *Cartas da Zambézia: o que é a nossa administração colonial e o que ela devia ser*, de 1920, *Costumes e Lendas da Zambézia*, de 1925, e *Figuras e Episódios da Zambézia*, de 1929. Nosso interesse é entender como o autor constrói a mestiçagem e as relações entre colonizadores e colonizados, mas buscamos, principalmente, inferir possíveis performances de gênero e sexualidade das populações africanas que se contrapõem às normatividades de gênero e sexualidade impostas pelo colonialismo português⁹.

Por fim, antes de adentrarmos nas obras, cabe-nos ainda apontar como estava o debate público em torno da literatura colonial portuguesa durante a década de publicação dos três textos de Gavicho. Nesse sentido recorreremos aos textos de Carlos Selvagem, publicado em fevereiro de 1926, no número 8 do *Boletim*, e de José Osório de Oliveira, publicado em fevereiro de 1927, no número 20 do mesmo jornal. Além disso, interessa-nos apontar brevemente como as três obras foram lidas, ou não, pela crítica literária que aborda a literatura colonial de temática moçambicana, especialmente nos trabalhos de Francisco Noa (2002), Sandra Sousa (2013) e João Manuel Neves (2016).

No que se refere ao debate público sobre a literatura colonial portuguesa na década de 20, Selvagem, após fazer um magro inventário de obras exóticas/coloniais (Selvagem, 1926, p. 4), afirma que essas obras não estimulam e nem ferem a imaginação, exercendo uma influência quase nula ou contraproducente no grande público (Selvagem, 1926, p. 7). Por fim, conclui que a inexistência dessa literatura é um sintoma flagrante da decadência portuguesa (Selvagem, 1926, p. 3), cuja causa seria o nefasto romantismo do século XIX (Selvagem, 1926, p. 12-14).

De forma similar, Oliveira, então chefe de gabinete do Governador Geral de Cabo Verde, que escreve após a premiação do Primeiro Concurso de Literatura Colonial, e por isso faz um inventário mais significativo das obras existentes, também diz que a literatura colonial portuguesa é quase inexistente (Oliveira, 1927, p. 27), atribuindo o fato, principalmente, à pouca educação literária tanto dos colonizadores portugueses quanto dos colonizados africanos (Oliveira, 1927, p. 29). O autor conclui sugerindo que é necessário criar uma mentalidade colonial, e para isso serviria a literatura, especialmente o romance, e as obras de arte em geral (Oliveira, 1927, p. 32). Acrescenta ainda que uma das razões para a publicação dessas obras seria fazer com que as mulheres portuguesas se animassem a acompanhar os seus maridos às colônias (Oliveira, 1927, p. 34).

Como podemos ver, tanto Selvagem (1926) quanto Oliveira (1927) concordam sobre a inexistência de uma literatura colonial portuguesa até a década de 20, ainda que apontem para alguns livros que consideram pouco atrativos para o grande público. Ademais, apostam na instrumentalização da literatura enquanto veículo da colonização do imaginário português e de suas colônias. Os dois autores, entretanto, ignoram as obras de Gavicho, não fazendo qualquer referência ao seu trabalho seja como correspondente do jornal *O Século* seja como escritor.

Mais recentemente temos três trabalhos de grande fôlego sobre a literatura colonial de temática moçambicana, as teses de doutoramento de Noa (2002), Sousa (2013) e Neves (2016). No entanto, não há qualquer referência a Gavicho na obra de Noa (2002), e há apenas uma

8 Os principais temas tratados por Gavicho no *Boletim* se referem aos regimes de prazos e à construção da malha ferroviária em Moçambique. Sobre isto, consultar, por exemplo, os números 50, 67 e 94.

9 Este artigo é parte de uma pesquisa maior financiada pela FCT, “Fissuras na colonialidade de gênero: representações de gênero, afeto e sexualidade pré-coloniais no alvorecer do Império colonial português”, onde busco analisar representações de gênero e sexualidade nos espaços africanos colonizados por Portugal.

breve referência à exclusão da obra *Figuras e Episódios da Zambézia* do Quarto Concurso de Literatura Colonial na investigação de Sousa (2013). Logo, o único trabalho de grande fôlego sobre a literatura colonial de temática moçambicana a abordar a obra de Gavicho é o de Neves (2006), que analisa o autor a partir do diálogo com outros escritores coloniais que publicaram entre as décadas de 1890 e 1920. Nesse sentido, à exceção da referência em Neves (2006), a obra de Gavicho permanece como um “paradigma submerso” (Noa, 2002).

1 Cartas da Zambézia

Publicado pela primeira vez em Lisboa, em 1920, *Cartas da Zambézia: o que é a nossa administração colonial e o que ela devia ser* é uma coletânea de notícias, que podem ser entendidas como cartas ou crônicas, que foram publicadas anteriormente, entre 16 de novembro de 1899 e 16 de novembro de 1913, no jornal lisboeta *O Século*, para o qual Gavicho escrevia como correspondente em Moçambique. As “cartas”, destinadas ao público português em geral, mas também, especificamente, à administração colonial portuguesa, não estão organizadas no livro de forma cronológica; o recorte é temático, sendo a maior parte delas assinada de Quelimane, mas também de Maganja da Costa, Chiramba, Sança, Barué, Mungari, Inhangone e Lisboa.

O livro ganhou uma segunda edição em 1923, sendo o subtítulo alterado para “Assuntos Coloniais”. De acordo com Neves (2016, p. 277), Gavicho assegurou a distribuição dessa segunda edição, entendendo-a como uma “missão a favor da causa imperial”, e fez uma farta distribuição da obra em bibliotecas públicas portuguesas. Apesar de Gavicho considerar o seu livro uma verdadeira obra de propaganda colonial (Neves, 2016, p. 277), o ex-ministro das colônias e então deputado, Paiva Gomes, em sessão na Câmara dos Deputados de Lisboa, em 26 de junho de 1922, fez duras acusações à obra, imputando o crime de lesa-pátria pelo “chorrilho de falsidades” nela contido. E acrescenta: “Nada do que lá vem corresponde à verdade [...] Levanto a minha voz no mais veemente e enérgico protesto [...] é um crime de lesa-pátria; parece mais o artigo de um delegado do general Smuts do que de um português” (Debates Parlamentares, 1922).

A despeito de não termos encontrado quaisquer desdobramentos às acusações, além de uma possível autocensura nas obras seguintes, em nossa perspectiva, trata-se sem dúvida de uma obra de literatura colonial portuguesa, seja pela construção heroica do colono português, seja pela construção desumanizante e subalterna das populações africanas, seja pela ideia da colonização como missão civilizadora, seja pelo interesse em despertar o gosto pelas causas coloniais (Mata, 2014, p. 64-65). Apesar disso, entendemos também a dificuldade e o incômodo que a obra produziu entre administradores coloniais, uma vez que em seu conjunto é um livro de duras críticas não à colonização em si, mas ao “criminoso abandono” por Portugal de suas colônias entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX (Lacerda, 1920, p. 19).

As “cartas” são, portanto, um testemunho do fracasso do colonialismo português no período monárquico e republicano, especialmente devido à falta de apoio administrativo e financeiro. Gavicho afirma ter acreditado que a mudança de regime melhoraria a organização das colônias, mas não foi o que aconteceu, e declara que até aquele momento a Zambézia continuava como antes, sem leis que contribuíssem para o fomento da indústria, do comércio e da agricultura (Lacerda, 1920, p. 18-19). Essas reclamações estão, no entanto, longe de qualquer perspectiva anticolonial; ao contrário, visam, antes de tudo, ao aperfeiçoamento do projeto colonial, ainda que o autor chegue a sugerir “autonomia administrativa”, como podemos ver abaixo. Afinal, segundo Gavicho (Lacerda, 1920, p. 19), o atual estado poderia levar os portugueses a perderem o domínio da região.

Se a metrópole não pode, ou não quer, administrar as suas colónias conforme os respectivos interesses reclamam, e os interesses gerais do Estado, dotando-as equitativamente com os melhoramentos que o progresso e a civilização mundial exigem; conceda então à Zambézia a sua autonomia administrativa, que ela se governará com os seus próprios rendimentos, podendo ter a certeza de que não proclamará a sua independência com a outorga de tão justas prerrogativas (Lacerda, 1920, p. 75-76).

Assim, a partir de um discurso de autoridade por ter no momento de publicação do livro mais de vinte e cinco anos de ocupação na Zambézia, o autor, sob a perspetiva do colono português, aborda as “grandes necessidades de Quelimane, das suas justas reclamações e dos deveres imperiosos que os governos tinham de atendê-las com urgência” (Lacerda, 1920, p. X). Focado, portanto, na vida do colonizador português e direcionado principalmente à administração colonial, o livro traz escassas informações sobre as populações locais que são sempre descritas de forma subalternizante.

A obra está estruturada em quatro partes: a primeira delas aborda a colonização portuguesa de Quelimane e da Zambézia entre 1899 e 1913; a segunda traz um conjunto de queixas sobre a possível construção da linha de ferro de Quelimane entre 1911 e 1913; a terceira e a quarta abordam as guerras de ocupação e extermínio, entendidas como meios civilizatórios, contra os maganjas, entre 1898 e 1904, e os baruístas, em 1902. Nestas duas últimas partes, ao mesmo tempo em que se elogia a valentia dos oficiais portugueses, critica-se a administração colonial.

O principal tema desta obra, mas também de toda a trilogia zambeziana de Gavicho, é indubitavelmente a discussão e a defesa do sistema de prazos na ocupação e colonização do vale da Zambézia¹⁰. O sistema de prazos, que é anterior ao século XVII, foi, segundo Rosario (2017, p. 55), a primeira manifestação tangível da colonização portuguesa em Moçambique e seguia um modelo que já era aplicado na Índia “portuguesa”. Através destes prazos, a Coroa lusitana buscava a ocupação portuguesa do território, arrendando terras sob sua (suposta) jurisdição, em troca dos prazeiros assegurarem a ocupação e os interesses comerciais do governo português. Como explica o jornal moçambicano *Domingo*:

Prazos eram unidades políticas onde a classe dominante era formada por mercadores portugueses estabelecidos como proprietários de terras, terras essas que tinham sido doadas, compradas e até mesmo conquistadas aos chefes locais. Ou, por outra, eram territórios concedidos por um período de três gerações aos mercadores portugueses e indianos. A transferência era feita por via feminina (Domingo, 2014).

No final do século XIX, Gavicho, quando herda através de Amália o arrendamento do Prazo Carungo, enfrenta não só a contestação, por parte de alguns portugueses, desse sistema de ocupação colonial, mas também a substituição de prazeiros individuais por grandes empresas arrendatárias (Rosario, 2021, p. 171). Apesar de formalmente extinto na década de 30 (Newitt, 1997, p. 203; Baltasar, 2016, p. 6), espremido entre grandes empresas capitalistas, o Prazo Carungo sobreviveu até a independência de Moçambique (Rosario, 2021, p. 219). De acordo com o próprio Gavicho (1925, p. 95), o regime de prazos era tão antigo quanto a penetração portuguesa na Zambézia, cuja ocupação se realizou inicialmente pelo esforço de particulares, e complementa:

Este Regime, que tem sofrido muita discussão, na maior parte das vezes injusta, é o que mais convém e melhor se adapta àquela região. [...] É um sistema que, há muitos séculos, está enraizado nos costumes daqueles povos, educados pelos primeiros colonos que para lá foram trabalhar, desbravando ínvios matagais e densas florestas, convertidas, depois, em florescentes terras agrícolas (Lacerda, 1925, p. 95).

10 O sistema de prazos é tema de destaque também na obra *Zambeziãna: scenas da vida colonial* (1927), de Emilio San Bruno. Sobre isto, consultar Mendonça (2021).

Além disto, o autor afirma que os abusos de qualquer arrendatário contra as populações locais, entendidas como “povos atrasados” (Lacerda, 1925, p. 98), “selvagem estúpido, boçal e inútil” (Lacerda, 1925, p. 107) e “insubmissos” (Lacerda, 1925, p. 108), não podem ser motivo para se combater e reprovar o regime, cujos resultados do ponto de vista económico da metrópole seriam excelentes, e mais uma vez se posicionando contra as populações locais diz:

Entendem, porém, os *negrófilos* que os indígenas estão em condições de gosar tantas regalias e direitos, como têm os indivíduos de raça branca e levam a sua *generosidade* ao ponto de afirmar que eles não são obrigados a trabalhar, como se o trabalho, não fosse a melhor escola em que todos os homens devem ser educados (Lacerda, 1925, p. 96-97).

Em um ímpeto neocolonial recente, a posse do Prazo Carungo foi recuperada, provavelmente em 2012, através do DUAT¹¹, pela bisneta de Gavicho, Maria Paula Neves do Prado de Lacerda (Domingo, 2014; Rosario, 2021). Segundo relatos do jornal moçambicano *Domingo* (2014) e de Rosario (2021), a bisneta tem uma pequena loja na sala de desembarque do aeroporto de Quelimane onde vende produtos “típicos da Zambézia” e orgulhosamente ostenta um longo cartaz publicitário que conta a história familiar na região, em que se lê que regressou àquela região do país para “trazer a paz e a prosperidade para o Prazo Carungo e toda a comunidade que aqui vive há quase 30 anos em condições de pobreza extrema” (Domingo, 2014).

Em *Cartas da Zambézia*, Gavicho constrói a relação entre colonizadores e colonizados a partir da associação: administração colonial incompetente, espaço selvagem e rico, colono heroico e indígenas indolentes.

Sobre a administração colonial, como já vimos, há duras críticas que dizem respeito a um “criminoso abandono” da região (Lacerda, 1920, p. 19) e a uma “péssima administração colonial” (Lacerda, 1920, p. 85), tanto do governo “criminoso e impatriótico” da extinta monarquia (Lacerda, 1920, p. 67), como da recente república (Lacerda, 1920, p. 84). Gavicho afirma que é hora de os portugueses deixarem de ser empecilhos da colonização, porque nada fazem e nada deixam fazer (Lacerda, 1920, p. 87), como podemos ver abaixo, razão pela qual Angola e Moçambique eram mais conhecidos pelos estrangeiros, que estudam e percorrem toda a sua extensão, do que pelos próprios portugueses (Lacerda, 1920, p. 96).

Lá fora somos conhecidos pelo vergonhoso epíteto de “empecilhos” da civilização, que nada fazemos, nem deixamos fazer, e na verdade já é tempo de não continuarmos a merecer tão vergonhoso nome e de fazermos alguma coisa, se quisermos continuar a ter colónias e a ter voz activa e representação no concôrto das nações coloniais (Lacerda, 1920, p. 96-97).

Consequentemente, para o autor, o desenvolvimento da região do Vale do Zambézia se deve antes ao esforço dos particulares e das companhias que se instalaram na região do que à política colonial do Estado português (Lacerda, 1920, p. 49). Assim, podemos dizer que esta obra de Gavicho é essencialmente a voz de um colono que reclama por uma política colonial organizada, pela intervenção do Estado português nas colónias e pelo melhoramento das condições para a população portuguesa em África.

É a partir dessa figura de um estado falhado que os colonos são construídos como nobres, audazes e capazes de todos os sacrifícios pela pátria (Lacerda, 1920, p. 195). Os colonos seriam

11 Em Moçambique, a terra é propriedade do Estado, por isso através de pedido do DUAT (Direito do Uso e Aproveitamento da Terra) são concedidas licenças de prazo definido para o exercício do direito de uso e aproveitamento da terra. Sobre isto, consultar o portal do governo moçambicano (<https://bit.ly/3UOiXr3>).

“uma raça [...] que está acima de tôdas as acusações de degenerada e improdutivo”, mas que é governada por dirigentes cada vez mais decadentes e incapazes de levarem Portugal “ao cumprimento dos seus altos destinos” (Lacerda, 1920, p. 200). Por consequência, em contraposição aos colonos heroicos, os oficiais que vêm às colônias são descritos como despreparados, arbitrários e prepotentes (Lacerda, 1920, p. 137), e por isso os salários destes deveriam ser mais elevados não só para pararem de cometer atos pouco dignos, mas para se atrair portugueses mais preparados (Lacerda, 1920, p. 128).

Sobre o espaço africano do Vale da Zambézia, há certa ambivalência no texto, uma vez que mesmo sendo entendido como uma “mortífera região” (Lacerda, 1920, p. 86), “de climas inóspitos e traiçoeiros” (Lacerda, 1920, p. 83), trata-se também, principalmente graças trabalho do colono, de uma “terra fértil” (Lacerda, 1920, p. 29), “rica” (Lacerda, 1920, p. 13) e até mesmo “linda” (Lacerda, 1920, p. 110).

No que se refere às populações nativas, escrevendo a partir de uma perspectiva do eugenismo do século XIX, Gavicho diz que as populações vivem em estado de selvageria e rebelião (Lacerda, 1920, p. 13), que são vadios (Lacerda, 1920, p. 124) e selvagens (Lacerda, 1920, p. 210), que muitos deles vivem do roubo e da pilhagem (Lacerda, 1920, p. 56) e que são indolentes e preguiçosos por natureza (Lacerda, 1920, p. 43, 55, 56). Nesse sentido, as populações locais são construídas como a imagem oposta, o outro dos colonos, estes são heroicos e trabalhadores, aquelas são selvagens e indolentes (Lacerda, 1920, p. 77).

Diante da incapacidade da administração colonial portuguesa de gerir suas colônias, o autor saúda a imigração de mão de obra negra para a indústria mineira de Johannesburg, para o Transval (Lacerda, 1920, p. 119), uma vez que a partida desses trabalhadores representava uma entrada considerável de ouro nos cofres da administração portuguesa (Lacerda, 1920, p. 119). Além disso, não se tratava de uma migração definitiva, já que os contratos eram de um ano, podendo ser renovados, mas raramente alguém ficava mais de dois anos (Lacerda, 1920, p. 119). No entanto, para Gavicho (1920, p. 120), o grande benefício dessa migração seria o fato de esses trabalhadores passarem “dum meio completamente selvagem para outro civilizado” e ao regressarem “aqueles cérebros, a que antes nem chegava um reflexo de civilização e em que só existiam trevas, voltam meio civilizados, sabendo trabalhar e lidar com os brancos”.

Em um raro momento de lucidez, ao narrar as campanhas contra os maganjas e os barués, afirma que os maganjas são povos aguerridos (Lacerda, 1920, p. 124), corajosos (Lacerda, 1920, p. 184) e estoicos diante da morte (Lacerda, 1920, p. 184). E acrescenta que antes das “guerras de extermínio”, as populações viviam em uma “verdadeira república militar” (Lacerda, 1920, p. 217) de caráter democrático, uma vez que todos os cargos eram eletivos (Lacerda, 1920, p. 217). Apesar de reconhecer, portanto, que as populações locais possuíam sólida autodeterminação e organização social, o autor segue narrando-os como selvagens incivilizados. Por isso, acreditamos que os raros elogios às populações nativas servem antes de tudo para elogiar o próprio povo português e o seu projeto colonial.

Sobre as relações de mestiçagem entre portugueses brancos, indo-portugueses e as populações nativas, nesta obra, ao contrário do que sucede nas outras duas sobre as quais falaremos adiante, pouca coisa é dita. Na única referência indireta ao tema, Gavicho diz que há poucas mulheres portuguesas nas colônias, e que tal fato impede a constituição de famílias em África (Lacerda, 1920, p. 145). Neste excerto, o autor não se refere à impossibilidade de constituição de famílias brancas, mas ao próprio conceito de família, negando a existência de tal organização às populações africanas, mas também às mestiças. No entanto, como já dissemos anteriormente, o autor constitui uma família mestiça, apesar de não haver em toda a trilogia zambeziana qualquer referência ao fato, como também constata Neves (2016, p. 290). Insistimos nesse ponto porque, como veremos mais adiante na análise das outras duas obras,

especialmente na última, o autor tem uma visão bastante violenta e eugenista da miscigenação entre brancos e negros.

Apesar do silêncio sobre o caráter mestiço de sua família, há, nesta obra, uma foto, uma das poucas em plano muito aberto, ao contrário da maioria que está em *close-up*, cuja legenda diz “Gavicho de Lacerda, sua esposa e dois filhos numa das soberbas alamedas do seu prazo” (Lacerda, 1920, p. 17). Nesta foto, que trazemos a seguir em *close-up*, mesmo aqueles que desconhecem a genealogia familiar do autor podem facilmente perceber que se trata de uma família mestiça, o que se revelará aterrador quando avançarmos nos comentários do autor sobre a mestiçagem.



Imagem 1: Foto em *close-up* de Gavicho, esposa, dois filhos e uma pessoa não identificada (Lacerda, 1920, p. 17).

Em *Cartas da Zambézia* há também pouca descrição sobre a ordem de gênero das populações locais. Nesse sentido, apenas dois breves comentários nos chamam atenção, o primeiro deles quando o autor fala sobre a divisão social do trabalho entre as populações nativas, o segundo quando descreve a relação que muitos deles estabelecem com o mar. A partir dessas observações do autor, é possível entrever que homens e mulheres trabalhavam indistintamente na agricultura, mas que a construção da casa e de utensílios domésticos seria uma tarefa de mulheres (Lacerda, 1920, p. 168). Podemos dizer, se entendermos como verdadeiro tal relato, que há uma organização de gênero entre as populações nativas, mas que esta difere da norma colonial, uma vez que as mulheres não estão restritas ao trabalho doméstico. Ademais, conforme Gavicho (1920, p. 216), homens e mulheres realizam suas tarefas animados por cânticos e com alegria, o que o escritor considera infantil¹².

Por fim, em raríssimo momento de empatia com as populações locais, Gavicho (1920, p. 22) diz que muitos deles olham para o mar com os olhos turvos de lágrimas, e supõe que tal fato seja devido às saudades que sentem de algum ente querido que foi levado pela escravidão recém proibida.

12 O autor repete aqui uma estratégia recorrente na literatura colonial que é a ideia de que os africanos seriam crianças grandes, infantilizadas, que não teriam atingido a maioria das civilizações europeias.

2 Costumes e Lendas da Zambézia

Se *Cartas da Zambézia* (1920) estava destinada às autoridades coloniais e ao público português em geral, *Costumes e Lendas da Zambézia* (1925) está destinada principalmente ao futuro colono. Nesta obra, que conheceu maior publicidade, aparecendo no *Boletim Geral das Colônias* em pelo menos duas oportunidades até 1932¹³, e que foi publicada em edição econômica a preços populares (Lacerda, 1925, p. 9), sendo comercializada inclusive no Brasil (Boletim da Sociedade, 1932, p. 66), a grande motivação do autor é de preparar o futuro colono português para a sua chegada em África, tornando-o mais produtivo. Para isto, assim como na obra anterior, serve-se de um discurso de autoridade de quem vive há trinta e dois anos na Zambézia, “onde sofremos privações, deixando a saúde, aos farrapos, em vários acampamentos de campanhas, em que tomamos parte, na qualidade de voluntário” (Lacerda, 1925, p. 236).

Em um lapso de absoluta honestidade, o autor afirma que não é escritor, e que por isso o leitor não encontrará na obra “descrições empolgantes, com primor de estilo e frases rendilhadas” (Lacerda, 1925, p. 9-10). Segundo Gavicho (1925, p. 8), trata-se de um “modesto e humilde trabalho, sem nenhum valor literário”, cujo objetivo é dar “algumas luzes” ou “pequeno conhecimento” àqueles portugueses que desejem emigrar. No entanto, alerta: “Aos analfabetos, fracos, doentes, a esses deve-lhes ser proibido emigrar” para África (Lacerda, 1925, p. 12).

Para cumprir seus objetivos, divide o livro em três partes. Na primeira, explica a origem do nome África, e concentra-se nas descrições da natureza, da geografia, dos animais, do clima, das primeiras ocupações coloniais e dos povos locais e de seus costumes. Na seguinte, em uma espécie de atualização do livro anterior, volta ao tema da defesa dos prazos do vale da Zambézia, detalhando o estado de desenvolvimento econômico dos prazos das grandes companhias arrendatárias e também dos pequenos arrendatários e agricultores. Na última parte, concentra-se novamente na descrição dos animais, das plantas, das doenças, dos instrumentos musicais, das cerimônias religiosas e dos ritos de iniciação das populações locais.

Se em *Cartas da Zambézia* (1920), Gavicho constrói a relação entre colonizadores e colonizados tendo como um dos polos as duras críticas à administração colonial portuguesa, agora, em *Costumes e Lendas da Zambézia* (1925), essa relação é construída apenas a partir da tríade: espaço selvagem e rico, colonos heroicos e indígenas indolentes e infantilizados. O apagamento das críticas à administração colonial certamente visava uma melhor recepção da obra. Assim, a grande novidade deste segundo texto é uma descrição mais detalhada dos costumes e hábitos das populações locais não-assimiladas, o que nos permitirá inferir melhor, por exemplo, como se dão as relações de gênero e sexualidade entre os povos africanos. Como diz o autor:

trataremos e descreveremos os usos e costumes, não do indígena meio civilizado, com todos os defeitos naturais, acrescidos dos que encontrou nos brancos, com quem tenha tido convivência, mas sim, do não civilizado, isto é, do que vive no interior, no mato, como é costume dizer-se... (Lacerda, 1925, p. 31).

Nestas descrições, a infantilização dos africanos, utilizada como estratégia de subalternização, que ficou apenas sugerida no texto anterior, ganha força. Consequentemente, os elogios dirigidos às populações africanas, quando os há, são narrados a partir de uma postura paternalista e patriarcal, onde o homem branco, supostamente a partir de sua maioria civilizacional, descreve os africanos como “crianças grandes”, primitivas e com baixo grau de

13 Sobre isto, ver os volumes 2, página 191, onde se faz a recessão da obra, e 67, páginas 29 a 32, onde o próprio autor aponta para a necessidade de se produzir mais textos de literatura colonial, ao mesmo tempo em que faz um chamamento para que todos os portugueses conheçam a África “portuguesa”.

desenvolvimento. Essa estratégia narrativa ainda que produza certa ambiguidade, como veremos no trecho a seguir, não só mantem os africanos, por melhores que eles sejam, em um estágio civilizacional subalterno que é entendido sempre como inato, como também mantem inalterado o lugar de superioridade dos brancos europeus, por pior que sejam as suas faltas. Nesse sentido, não querendo ser entendido como um negrófilo, afirma:

Nestes encontrámos qualidades morais, muitas vezes, superiores às dos povos que se dizem civilizados e, sem receio de que nos apodem de *negrófilo*, diremos, afoitamente, que, quanto mais conhecemos o mundo com as suas diversas raças civilizadas, mais admirámos o indígena, selvagem do interior de África.

A impressão que toda a gente colhe, é de que o preto é uma verdadeira criança grande, na sua precocidade, na agudeza de pensar e até nas qualidades e desejos.

Geralmente, os que vão a África, dizem que o preto é ladrão, bêbado, preguiçoso e com todas as qualidades más, mas, quem o afirma, só conhece o indígena que vive em contato com o europeu, por que não teve ocasião de observar os que vivem ainda no seu estado primitivo (Lacerda, 1925, p. 31-32).

No que se refere ao espaço africano do Vale da Zambézia, repetem-se os tópicos do livro anterior. O espaço é “hostil” (Lacerda, 1925, p. 208), e o clima não é bom, ao contrário, é “depauperante” (Lacerda, 1925, p. 235), mas “há outros muito piores” (Lacerda, 1925, p. 231). No entanto, através do “árduo” trabalho do colono, a terra pode ser “riquíssima” (Lacerda, 1925, p. 195). A única diferença desta obra em relação à anterior é que, tal qual os eugenistas do século XIX, Gavicho relaciona a “indolência” e o “enervamento” ao clima quente (Lacerda, 1925, p. 233). Nesse sentido, a suposta indolência das populações africanas seria não só inata, mas também poderia ser adquirida pelos novos colonos. Como explica o autor:

O emigrante, em África, precisa de trabalhar, produzir em seu proveito ou em benefício da sociedade. Se vai para lá só com o fito de enriquecer, rapidamente, ou para perder o tempo, em noitadas, no jogo ou em pândegas, não conseguirá senão arruinar a saúde e servir de estôrvo aos que por lá andam, lutando pela vida (Lacerda, 1925, p. 234).

Quanto aos colonos portugueses, além de repetir a ideia de heroicidade, e afirmar as (supostas) grandes e inigualáveis qualidades de povo colonizador (Lacerda, 1925, p. 9), sugere, como vimos anteriormente, que os analfabetos, os fracos e os doentes não emigrem (Lacerda, 1925, p. 12). Ademais, como um bom manual para o colono que o livro pretende ser, afirma que o colono europeu precisa ter quatro qualidades indispensáveis: grandeza, generosidade, justiça e severidade (Lacerda, 1925, p. 33). Grandeza e generosidade nos pagamentos, e justiça e severidade nos castigos a serem aplicados contra os “indígenas” (Lacerda, 1925, p. 33). Tais características nos permitem ver que as populações locais além de sofrerem com os trabalhos forçados também continuam sujeitas a castigos físicos, tal qual no período da escravidão.

No que toca às populações nativas, como vimos, há uma maior ambiguidade em relação ao livro anterior. Podemos dizer que os adjetivos mais desumanizantes recaem sobre aqueles que tem contato com os europeus, descritos, assim, como os “maus selvagens”, inatamente indolentes e sempre prontos a roubar (Lacerda, 1925, p. 29), ao mesmo tempo que há os “bons selvagens”, que são sempre descritos, como vimos, a partir de uma perspectiva de ingenuidade que os infantiliza. O texto, no entanto, está longe de sugerir que o problema das populações locais é o contato com os europeus; ao contrário, a ideia aqui é otimizar o processo de assujeitamento e subalternização, a tal “missão civilizadora”. Consequentemente, o autor não só sugere a construção de escolas para preparar os portugueses para serem melhores colonizadores (Lacerda, 1925, p. 11), como também sugere que o trabalho forçado é o melhor caminho para tirar as populações nativas da suposta infantilidade civilizacional (Lacerda, 1925,

p. 96), o que poderia ser aperfeiçoado com a construção de escolas profissionalizantes (Lacerda, 1925, p. 120).

É esse processo de infantilização que permite ao autor fazer elogios aos “bons selvagens” sem questionar o processo colonial. Assim, apesar dos vários testemunhos de honestidade (Lacerda, 1925, p. 35), de honradez (Lacerda, 1925, p. 35), de bravura (Lacerda, 1925, p. 40), de generosidade (Lacerda, 1925, p. 42) e das várias “qualidades moraes do índigena da Zambézia” (Lacerda, 1925, p. 42), além do reconhecimento de que são dotados “de muito entendimento e de grande espírito de observação” (Lacerda, 1925, p. 165-166), de que são grandes peritos na navegação dos rios (Lacerda, 1925, p. 21), de que são agricultores experientes e que fazem rotação de terras (Lacerda, 1925, p. 53), de que são exímios caçadores e guerreiros (Lacerda, 1925, p. 75, 84), de que dominam os segredos das plantas seja para a medicina (Lacerda, 1925, p. 61, 84) seja para afastar animais ferozes ou peçonhentos (Lacerda, 1925, p. 175) e de que maternam as suas crianças melhor do que as mães europeias (Lacerda, 1925, p. 70-74), nada disso impede o autor de descrever as populações locais como selvagens e incivilizadas. E esse mesmo olhar se projetará sobre a cultura local. Assim, os seus instrumentos são “toscos e primitivos” (Lacerda, 1925, p. 181), ainda que sejam “complicados e harmoniosos” (Lacerda, 1925, p. 187), e as suas cerimónias religiosas são crendices, superstições e coincidências, mesmo quando alcançam aquilo a que se destinam, como, por exemplo, fazer chover (Lacerda, 1925, p. 200-201).

Quanto à mestiçagem, as únicas referências que lhe são feitas são negativas. O autor afirma, por exemplo, que a mestiçagem entre homens brancos e mulheres negras fez com que muitos colonos tomassem hábitos dos nativos, o que é entendido como algo negativo, apesar de ela ter também favorecido a transmissão de hábitos europeus aos africanos (Lacerda, 1925, p. 24), assim como também sugere que é preciso levar mulheres europeias para as colônias, afinal: “Só com as nossas mulheres, a constituição da família se poderá manter, formando os núcleos colonizadores” (Lacerda, 1925, p. 47-48).

Costumes e Lendas da Zambézia (1925), em relação à obra anterior, traz observações mais ricas sobre gênero e sexualidade das populações africanas, mas também mais racistas em relação ao corpo feminino. Duas observações do autor permitem antever que há uma divisão social a partir do marcador de gênero: a organização social do trabalho e os ritos de iniciação. No que se refere ao trabalho, Gavicho (Lacerda, 1925, p. 48, 153-154) afirma que a construção da casa e dos utensílios domésticos, assim como os trabalhos agrícolas, são atividades geralmente feitas por mulheres, enquanto aos homens cabe a pesca e a caça.

Quanto aos ritos de iniciação, o autor diz que “há duas festas importantíssimas, a que nenhum indígena, por mais pobre que seja, deixa de mandar os seus filhos, quando eles chegam à puberdade” (Lacerda, 1925, p. 191). Gavicho explica que o ritual muali, que se realiza de dois em dois anos, estava destinado às mulheres púberes, que são iniciadas, pelas madrinhas ou molles, em todos os atos da vida como futuras esposas e mães. Neste rito de passagem só participam e assistem mulheres, e nenhuma mulher pode casar sem ter participado destas cerimónias (Lacerda, 1925, p. 191-193).

Os homens púberes, por sua vez, participam do rito de passagem conhecido como fanação ou luga, cujo objetivo, entre outras coisas, é realizar “uma espécie de circuncisão judaica”, conservando-se isolados, especialmente das mulheres, até a cicatrização do local (Lacerda, 1925, p. 193). De acordo com Gavicho (1925, p. 194), essas festas são de grande importância não só porque promovem a passagem para a vida adulta, mas também pela percepção de que ninguém pode ser pai ou mãe sem passar por esses ritos. Aqueles que não participam da luga,

por exemplo, segundo o autor, são chamados de mópe¹⁴, e costumam ser desprezados pelas mulheres.

Quanto ao sexo e à sexualidade, o autor identifica a utilização de ervas para a prática abortiva, assim como para a simulação da virgindade (Lacerda, 1925, p. 62), e sugere que a virgindade feminina é valorizada como sinal de pureza no primeiro casamento e precisa ser provada publicamente, através de panos manchados de sangue, após o primeiro ato sexual na noite do casamento (Lacerda, 1925, p. 70). Gavicho afirma também que as populações locais não praticam o incesto e nem fazem casamentos consanguíneos (Lacerda, 1925, p. 47), assim como não praticam atividades sexuais durante o período da menstruação (Lacerda, 1925, p. 71).

O autor faz também uma longa exposição sobre a poligamia masculina e o corpo das mulheres. Sobre a poligamia, afirma que os casamentos são arranjados pelos pais, mas se o homem já é casado é a primeira mulher que pede a futura companheira do marido à respetiva família (Lacerda, 1925, p. 68). Não há informações sobre a prática do lobolo, mas o autor identifica a contribuição de vizinhos e parentes na organização das festas (Lacerda, 1925, p. 70). Ademais, diz que cada mulher tem a sua própria casa, onde vive com os seus filhos, havendo um rodízio semanal do marido, que não pode enquanto estiver na semana de uma esposa ter relações com uma outra (Lacerda, 1925, p. 48-49). Do mesmo modo, o marido quando compra algo para uma esposa ou filho é obrigado a fazer o mesmo com os outros (Lacerda, 1925, p. 49). Gavicho observa também que as famílias polígamas conseguem pagar o mussoco mais facilmente (Lacerda, 1925, p. 48). Nesse sentido, a poligamia, ainda que não seja uma resposta à violência colonial, é também uma estratégia para sobreviver à mesma.

Entre as práticas em desuso, Gavicho diz que era comum que dois homens muito amigos trocassem temporariamente suas mulheres mais novas em sinal de amizade. No entanto, tal prática estaria em desuso porque muitas dessas mulheres não aceitavam ser restituídas aos antigos maridos quando gostavam mais dos novos maridos (Lacerda, 1925, p. 71), o que deixa antever certa autonomia feminina na escolha dos seus maridos. Seja como for, Gavicho diz que as populações locais desconhecem o amor e são na verdade movidos pelo interesse (Lacerda, 1925, p. 68).

Sobre o corpo da mulher negra recaem os atributos mais racistas do texto. Nesse sentido, ainda que elas possuam vários atributos considerados positivos aos olhos do homem branco europeu, haveria nessas mulheres algo de “detestável e nauseabundo” que lhes seria inato: o cheiro (Lacerda, 1925, p. 46). Assim, apesar delas possuírem uma “secreta toilette” (Lacerda, 1925, p. 86), de gostarem de perfumes e de tomarem muitos banhos (Lacerda, 1925, p. 197), de serem vaidosas no uso de missangas, brincos e anéis (Lacerda, 1925, p. 46-47), de se depilarem (Lacerda, 1925, p. 45), de se vestirem de forma elegante (Lacerda, 1925, p. 46) e de terem bonitos e elegantes corpos “apesar de negros” (Lacerda, 1925, p. 46), por várias vezes o autor diz que elas “exalam mau cheiro” (Lacerda, 1925, p. 45), um “cheiro especial de catinga” que lhes seria inato (Lacerda, 1925, p. 46).

Por fim, diz que as mulheres africanas têm grande fecundidade (Lacerda, 1925, p. 70), que não conhece nenhum caso de infanticídio, ao contrário do que sucede comumente entre “raças civilizadas” (Lacerda, 1925, p. 70), e que maternam seus filhos com muito mais carinho, meiguice e paciência do que as mulheres brancas (Lacerda, 1925, p. 70).

14 De acordo com o autor, mopé é um nome injurioso também atribuído aos homens inférteis (Lacerda, 1925, p. 49).

3 Figuras e Episódios da Zambézia

Escrito em forma de crônicas e publicado em 1929, *Figuras e Episódios da Zambézia* tem uma proposta bastante interessante: a narração de episódios pitorescos e de “obscuros heróis” da colonização portuguesa. O livro é, portanto, uma história menor da colonização, onde são narrados fatos e personagens que não aparecem na historiografia oficial. Nestes textos, conhecemos a história de pessoas comuns, que participaram da ação colonial portuguesa em Moçambique, mas que não alcançaram o panteão nacional porque não realizaram feitos considerados heroicos. No entanto, é preciso destacar que as personagens protagonistas dessas narrativas são sempre os colonos e os oficiais portugueses, o que mantém na “escuridão” a população nativa.

Assim, as crônicas contam a história de homens mulherengos, colonos arrogantes, caçadores portugueses, funcionários públicos fofoqueiros, *donas* ricas que caíram na mais absoluta pobreza, mestiços deslocados tanto na sociedade africana quanto na portuguesa, oficiais portugueses medrosos, músicos, funcionários públicos viciados em jogos, animais com traços cômicos, cirurgiões portugueses e mulheres adúlteras. Trata-se, como diz o autor (Lacerda, 1929, p. 4), de antigos companheiros que “trabalharam, desapareceram, esquecidos nas nossas colônias, tendo, aliás, na medida de seus esforços, contribuído para a edificação de um Portugal maior”.

Segundo Cortesão (BGC, 1925/3, p. 161), trata-se de “um livrinho que se lê com extremo agrado e que [...] deve figurar na estante de todos os que em Portugal se interessam pelas colônias”. A obra, no entanto, como já dissemos, foi excluída do Quarto Concurso de Literatura Colonial, realizado em 1929, porque teria apenas 115 páginas, não cumprindo assim o artigo 5º do edital, que exigia que as obras literárias submetidas tivessem entre 200 e 400 páginas (BGC, 1926/7, p. 170). Um excerto do livro, a crônica “A dedicação de Eugénio”, que aborda a história de um mestiço assimilado, deslocado tanto na sociedade colonial portuguesa quanto nas sociedades tradicionais africanas, foi publicada em março de 1930, no volume 57 do *Boletim Geral das Colônias*.

Assim como *Cartas da Zambézia* (1920), esta terceira obra faz também considerações sobre o “grande traumatismo” político causado pelo *ultimatum* inglês de 1891, o qual agitou a “alma nacional portuguesa (Lacerda, 1929, p. 21), e levou a uma mudança no colonialismo português, deixando África de ser um “entreposto de degredados” para passar a ser um espaço de colonização agrícola (Lacerda, 1929, p. 21). E à semelhança de *Costumes e Lendas da Zambézia* (1925), este último livro também contém breves comentários sobre literatura colonial, constatando que se no momento da publicação do primeiro livro existia uma “escassa literatura colonial”, agora “existe uma variada bibliografia colonial, que nos pode elucidar acerca de todas as nossas pequenas possessões” (Lacerda, 1929, p. 78-79).

Nesta última obra da trilogia zambeziana, composta por treze crônicas e sem um destinatário definido, Gavicho discorre acerca das relações entre colonizadores e colonizados elidindo novamente as críticas à administração colonial portuguesa. Assim, de forma semelhante a *Costumes e Lendas da Zambézia* (1925), temos a repetição da tríade: colono aventureiro e civilizado, espaço selvagem e africanos indolentes e infantis.

No que se refere ao espaço africano e aos colonizadores não há novidades, o espaço é hostil, mas pode se tornar rico se for habilmente cultivado pelo colono, enquanto os colonizadores, chamados ora de colonos ora de africanistas, apesar do tom pitoresco das narrativas, são entendidos como superiormente civilizados e possuidores de um inato espírito de aventura (Lacerda, 1929, p. 22).

Quanto às populações africanas, ainda que possamos vislumbrar uma divisão entre aqueles que seriam os “bons selvagens”, sendo percebidos como submissos, obedientes e respeitosos (Lacerda, 1929, p. 23), e os “maus selvagens”, descritos como “indolentes, cheios de vício” e incapazes de desempenhar qualquer ocupação útil ou proveitosa (Lacerda, 1929, p. 71-72), podemos dizer que, de forma geral, os dois tipos são desumanizados e subalternizados tanto a partir do eugenismo herdado do século XIX, que vai apontar características supostamente inatas, quanto a partir de uma presumida infantilização psíquica, social e cultural. Assim, em seu conjunto, são entendidos como tendo um “precário desenvolvimento mental” (Lacerda, 1929, p. 20), incapazes de “ideias morais e sentimentos superiores” (Lacerda, 1929, p. 72), ao mesmo tempo que possuem uma “imaginação rude e infantil” (Lacerda, 1929, p. 19), que “nas suas imagens infantis, aumentam e deturpam tudo” (Lacerda, 1929, p. 49).

Apesar disso, há certa ambiguidade narrativa, que, como vimos nos livros anteriores, diz respeito a uma estratégia de infantilização, a qual encara a suposta minoridade civilizacional de forma paternalista, mas também serve à produção do elogio aos colonizadores portugueses através de uma relativa valorização do colonizado. Nesse sentido, apesar de afirmar que são todos irracionais (Lacerda, 1929, p. 93), ressalva também que possuem remédios para todas as doenças (Lacerda, 1929, p. 34), que servem tanto para fazer com que uma mulher idosa seja capaz de amamentar (Lacerda, 1929, p. 35) quanto para curar o alcoolismo (Lacerda, 1929, p. 36). No entanto, para o autor, toda essa ciência médica zambeziana não passa de “mixórdia” (Lacerda, 1929, p. 36). Da mesma forma, ao mesmo tempo que afirma que a música local é um “infernai batuque” (Lacerda, 1929, p. 61), diz também que são bons dançarinos e que muitas vezes europeus se entusiasmam com as danças e entram na roda para cantar e dançar, ainda que para Gavicho toda essa celebração não passe de mero “baile infantil” (Lacerda, 1929, p. 65).

No que se refere à mestiçagem, sem dúvida, esta última obra é a mais violenta e racista da trilogia zambeziana. De forma geral, podemos dizer que os brancos europeus são descritos como uma raça superior tanto do ponto de vista “hereditário” quanto cultural, ocupando assim o topo da hierarquia das raças. Em seguida há uma perspectiva menos elogiosa para com os indo-portugueses, em que se valoriza antes as características culturais do que as supostamente “hereditárias”, e, por fim, na base dessa hierarquia racial estariam as populações negras, entendidas como inferiores tanto do ponto de vista hereditário quanto cultural.

A partir dessa rígida e inalterável estrutura racial, a mestiçagem, entre brancos e indo-europeus ou entre brancos e negros, é entendida sempre como um “cruzamento degenerado” (Lacerda, 1929, p. 5), um “fatalismo atávico” (Lacerda, 1929, p. 71), em que o mestiço herdaria as características supostamente inatas das populações negras, como a indolência (Lacerda, 1929, p. 17), a lubricidade (Lacerda, 1929, p. 17) e a pouca capacidade para o trabalho (Lacerda, 1929, p. 71). Nessa perspectiva, a mestiçagem seria indesejável porque produz indivíduos socialmente deslocados e “degenerados”, incapazes de alcançar uma “organização psicológica perfeita” (Lacerda, 1929, p. 71). Apesar disso, a partir de um olhar de objetificação do corpo da mulher negra, afirma também que a mestiçagem é capaz de produzir “muitas vezes” mulheres “interessantíssimas, simpáticas, bonitas mesmo, de olhares meigos e melancólicos, quais pequeninas gazelas, chegando a inspirar fortes paixões a certos europeus” (Lacerda, 1929, p. 65).

É importante observar que apesar de possuir uma família mestiça, composta por brancos europeus, indo-portugueses e negros africanos, Gavicho, na sua narrativa, seja pelo silenciamento da sua própria história familiar seja pela construção de um outro europeu, parece sempre sugerir que a sua família é exclusivamente branca. Com efeito, a expressão “certos europeus”, recorrentemente utilizada nos textos, nunca reflete a sua própria situação familiar. Nesse sentido, em toda a trilogia, há europeus, como o autor, que mantêm a sua identidade

branca e europeia imperturbável, e há os outros europeus que dançam e cantam junto com os africanos, que se servem da medicina africana, que adquirem hábitos e costumes locais, que se apaixonam por mulheres negras e mestiças e que têm filhos mestiços.

Por fim, há poucas informações a partir das quais podemos inferir a forma como as populações africanas se organizavam em torno de gênero e sexualidade, com exceção, novamente, da organização social do trabalho. De acordo com Gavicho (1929, p. 33), em África quem lava as roupas são os homens, os maianatos (Lacerda, 1929, p. 33), ao contrário do que sucede na Europa em que este trabalho é construído como atributo de uma suposta “natureza feminina”.

Ademais, o autor também faz um longo comentário sobre a mulher europeia, a brasileira e a africana. De acordo com o mesmo, enquanto na Europa o homem se esforça e se sacrifica para sustentar a mulher branca, o que se acentua no Brasil, país considerados como “o paraíso das mulheres e o inferno dos homens” (Lacerda, 1929, p. 54), em África é a mulher que trabalha para o homem, cuidando dos filhos, da agricultura e também de muitos afazeres domésticos. Essa comparação, no entanto, longe está de servir como denúncia de uma injusta divisão social do trabalho em relação à mulher africana, ao contrário, ela serve antes de tudo para reforçar o caráter presumidamente inato do homem africano como indolente.

4 Considerações Finais

Como pudemos ver, ainda que não tenha alcançado nem a consagração pública através dos Concursos de Literatura Colonial nem a discussão mais recente sobre a literatura colonial de temática moçambicana, com exceção do trabalho de Neves (2016), a trilogia zambeziana de Gavicho faz parte do dealbar da literatura colonial portuguesa, seja porque o autor a insere explicitamente nesse campo literário seja porque adota uma perspectiva explicitamente colonial.

As três obras, no entanto, possuem destinatários e interesses relativamente distintos. Se podemos dizer que *Cartas da Zambézia* (1920) está interessada em dialogar principalmente com a administração colonial portuguesa, buscando um aperfeiçoamento da colonização, *Costumes e Lendas da Zambézia* (1925) está interessada em preparar o futuro colono português, almejando torná-lo mais produtivo em África, já *Figuras e Episódios da Zambézia* (1929) deseja dialogar com o público português em geral, buscando produzir uma história dos colonizadores que não alcançaram o panteão nacional português.

A despeito do público e dos interesses serem distintos, a forma literária é relativamente semelhante, uma vez que os textos oscilam entre a notícia jornalística e a crônica. No entanto, se as obras são de fundamental importância para entendermos o imaginário colonial português em Moçambique no final do século XIX e início do XX, como o próprio autor sugere (Lacerda, 1925, p. 8), os textos em sua forma têm escassa literariedade, o que certamente contribui para o “esquecimento” das obras, mesmo entre os estudos mais recentes sobre literatura colonial de temática moçambicana.

Por outro lado, e embora o autor construa a sua própria imagem a partir de uma portugalidade inabalável, chama a atenção o fato de entre a primeira e a terceira obra haver cada vez mais a utilização de palavras bantus, ainda que estas não afetem a sintaxe do português. Assim, enquanto no primeiro livro há raras palavras bantus, no segundo e mais ainda no terceiro há um uso recorrente destes vocábulos, inclusive com a utilização de glossários. Nesse sentido, percebemos uma incorporação crescente de expressões bantus, que servem não só para a toponímia, como acontece na primeira obra, mas cada vez mais para explicar a própria sociedade colonial.

Como vimos ao longo deste artigo, as relações entre colonos e colonizadores repetem os padrões da literatura colonial portuguesa, na qual o homem branco europeu é construído como um herói civilizador e as populações africanas, apesar de alguma ambiguidade, como indolentes e infantilizadas. Todavia, enquanto no primeiro livro há duras críticas à administração colonial portuguesa, nos dois livros subsequentes, certamente interessado em uma melhor recepção e melhor se ajustando a ideia de propaganda colonial, há um apagamento daquilo poderia perturbar a imagem do império colonial português.

Quanto à mestiçagem, estamos ainda muito longe do que viria a ser mais tarde, nos anos 50, o ideário colonial luso-tropicalista. Na trilogia de Gavicho, o diálogo é com o eugenismo médico do século XIX, que não só vai construir uma hierarquia entre as raças com rígidas características inatas, mas também vai entender o mestiço como um degenerado, fruto do cruzamento de uma raça supostamente superior com outra inferior. Ademais, é importante apontar que se na primeira obra há pouca informação sobre como o autor entende a mestiçagem, nas duas obras subsequentes o tom é cada vez mais racista, especialmente em relação à descrição da mulher negra.

Por fim, como parte dos objetivos deste artigo, buscamos inferir também como as populações africanas do Vale da Zambézia se organizavam em torno de marcadores de gênero e sexualidade. Assim sendo, se tomarmos como verossímil aquilo que é narrado pelo autor, podemos dizer que as populações locais possuíam uma ordem de gênero e sexualidade que não só separava homens e mulheres na divisão social do trabalho, mas também os separavam nos rituais de passagem à vida adulta e no casamento. Afinal, conforme a trilogia zambeziana, a poligamia é uma instituição permitida exclusivamente ao homem.

Referências

- Baltasar, J. A. (2016). *Rumo ao hinterland: a evolução social dos prazos do vale do Zambeze (séculos XVII e XVIII)* [Master thesis, Universidade Nova de Lisboa].
- Boletim da Agência Geral das Colônias* (1926-1974). <https://bit.ly/44OrChE>
- Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* (1932). <https://bit.ly/3UHV30h>
- Capela, J. (1995). *Donas, senhores e escravos*. Afrontamento.
- Debates Parlamentares* (1922). <https://bit.ly/3QQcESi>
- Domingo Online* (2014). “Algoz de bom coração?”. <https://bit.ly/4avbcvM>
- Lacerda, F. G. (1920). *Cartas da Zambézia: o que é a nossa administração colonial e o que ela devia ser*. Ilustração Portuguesa.
- Lacerda, F. G. (1925). *Costumes e Lendas da Zambézia*. Tipografia do Comercio.
- Lacerda, F. G. (1929). *Figuras e Episódios da Zambézia*. Sociedade Nacional de Tipografia.
- Mata, I. (2014). “Literaturas em português: encruzilhadas atlânticas”, *Via Atlântica*, v. 1, n. 25, 59-82.
- Mendonça, F. (2021). “As donas da Zambézia na ficção narrativa: da imaginação colonial à imaginação nacional”, *Portuguese Cultural Studies*, v. 7, n.1, 20-38.
- Negrão, J. (2006). *Cem anos de economia da família rural africana: o delta do Zambeze em análise retrospectiva*. Texto Editores.
- Neves, J. M. (2016). *Soi-même comme un sujet impérial. Littérature coloniale des années 1920: le cas du Mozambique* [Doctoral thesis, Université Sorbonne Nouvelle].
- Newitt, M. (1997). *História de Moçambique*. Europa-América.
- Noa, F. (2002). *Império, Mito e Miopia: Moçambique como invenção literária*. Editorial Caminho.
- Oliveira, J. O. (1927). “Literatura Colonial”, *Boletim da Agência Geral das Colônias*, n. 20, 25-42.

- Rodrigues, E. (2006). “As donas de prazos do Zambeze: políticas imperiais e estratégias locais”, *VI Jornada Setecentista: conferências e comunicações*, 15-34.
- Rodrigues, E. (2007). “Uma celebrada negra, que se chamava Joana”: rituais africanos e elite colonial em Quelimane no século XVIII, *Povos e Culturas*, n. 11, 231-254.
- Rosario, C. (2017). “Donas da cidade: navegando arquivo de factos e fantasia na memória das Donas de Quelimane”, *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 6, n. 11, 54-66.
- Rosario, C. (2021). *Donas da Terra (Female Owners of the Land). Decolonizing historical representations through an ethnography of memories of women of power and authority in Zambezia, Mozambique* [Doctoral thesis, University of Bergen].
- Selvagem, C. (1926). “Literatura Portuguesa de Ambiente Exótico”, *Boletim da Agência Geral das Colônias*, n.8, 3-16.
- Sousa, S. (2013). *Ficções do outro: império, raça e subjectividade no Moçambique colonial* [Doctoral thesis, Brown University].